



Associação de Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão

Relatório e Contas de 2024 da Direcção

e

Parecer do Conselho Fiscal

Nº 171/2024

Lisboa 2025

Relatório da Direcção

Dando cumprimento ao estipulado nos Estatutos da Associação de Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão, em vigor, e de acordo com a alínea b) do ponto 2 do artigo 13.º, da Subsecção II do Decreto-Lei n.º 221/14 de 14 de Novembro foi redigido o presente Relatório, o qual foi submetido ao parecer do Conselho Fiscal e à aprovação da Assembleia Geral, em conjunto com as Contas da Direcção referentes ao ano 2024.

Este documento pretende informar os associados acerca do desenvolvimento de todas as actividades que aconteceram ao longo do ano 2024, nesta Instituição, mostrando também toda a situação financeira da Associação no final do mesmo ano, conforme se verifica nos vários mapas anexos a este Relatório, referentes ao Balanço, Demonstração dos Resultados por Natureza, Fluxos de Caixa e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Natureza do exercício em 31 de Dezembro de 2024.

Seguidamente apresenta-se de forma resumida, a descrição das actividades mais importantes que se registaram durante o ano de 2024.

Refúgio Aboim Ascensão (delegação de Faro)

Desenvolvimento da Actividade

A actividade do Refúgio Aboim Ascensão, no exercício de 2024, decorreu dentro da normalidade, com a concretização de diversos projectos, nas diferentes áreas desta Casa de Acolhimento de Emergência Infantil, tendo sido executado integralmente o plano anual de actividades pedagógicas das nossas Crianças.

Em termos organizativos mantiveram-se as alterações ocorridas em meados de 2023, com excepção do cargo de consultor principal, uma vez que o Dr. Luís Vilas-Boas Marques, por motivos de saúde, cessou funções e não foi indicada qualquer pessoa para o cargo.

Durante o ano de 2024, esta Casa de Acolhimento conheceu um incremento significativo do número de Crianças Acolhidas: Em Janeiro de 2024 encontravam-se tuteladas pelo Refúgio Aboim Ascensão 49 (quarenta e nove) Crianças e em Dezembro do mesmo ano, 65 (sessenta e cinco).

A proveniência das mesmas é, cada vez mais, do todo nacional, tantas vezes directamente por solicitação dos hospitais que tentam soluções para os casos sociais pediátricos.

A diversificação da origem geográfica dos utentes e a cada vez mais gravosa situação médica, com patologias mais complexas, provocaram um incremento do número de deslocações e a necessidade de reforço do quadro de pessoal.

A matriz do trabalho desenvolvido no acolhimento da Criança em risco/perigo de baixa idade (Emergência Infantil) foi mantida, apesar de não ter sido iniciado o processo legal de requalificação da resposta social, decorrente da alteração legal. Mantém-se a defesa da Protecção da Criança, do seu Direito à Família e à materialização do seu Projecto de Vida.

1. Humana e Financeira

a. Humana

1) Crianças

Continua a revestir-se de grande complexidade a definição, organização e implementação do Projecto de Vida referente a cada Criança acolhida, em perigo.

2) Técnicos e Funcionários

Prevalece a dificuldade de harmonizar a intensidade e qualidade do trabalho de Emergência Infantil, nomeadamente no tocante ao balanceamento entre suas vidas, na Instituição e Privada, das técnicas e funcionárias.

b. Financeira

1) Cooperação com o Estado

Ao nível dos Acordos foi necessário garantir inalterado o nível de cooperação precedente. Para tal, contamos com a sempre positiva e pronta disponibilidade de todos os intervenientes, fruto da consolidada cooperação existente e dos efectivos resultados obtidos e, por todos, reconhecidos.

JSL
YRL
1871
1871

2) Fundraising

Durante o exercício de 2024 mantiveram-se todos os apoios existentes no passado e, fruto de uma pro-actividade intensa ao nível dos contactos com potenciais mecenas, muitos outros apoios foram concretizados. A existência de um mecenato forte e sustentado é elemento fulcral na manutenção da actividade diária do Refúgio Aboim Ascensão.

Continuamos a salientar o suporte determinante da Sociedade Civil através dos donativos e consignação de IRS, que muito nos honra e responsabiliza, e que também nos concede o ânimo necessário para a continuidade deste trabalho, apesar da situação adversa existente.

2. Jurídica e Regulamentar

Quatro grandes vertentes:

- a. Direito das Crianças: acompanhamento e apoio ao Departamento de Acção Social, nomeadamente através da estreita colaboração no âmbito dos processos de promoção e protecção de menores, da instrução de processos de confiança judicial e da regularização e obtenção dos documentos de identificação das crianças.
- b. Recursos Humanos: Apoio técnico ao nível das questões laborais, que se colocam numa estrutura como a do RAA no que respeita a férias, faltas e processos disciplinares, entre outros.
- c. Gestão corrente: Apoio técnico ao nível das questões relacionados com a gestão do património da Associação, assim como com a gestão dos processos de aquisição de novo património decorrente da atividade de mecenas e apoiantes da causa do RAA.
- d. Gestão associativa: Apoio técnico ao nível da elaboração de toda a documentação legal necessária para a prossecução da atividade do RAA.

3. Médica

Num enquadramento tão específico como é o do acolhimento de Crianças de muito baixa idade, com todos os seus antecedentes pessoais e familiares e ainda as patologias que tantas vezes lhes

estão associadas, existem dificuldades acrescidas na área médica. Em Agosto de 2024, a Dra. Conceição Caeiro, médica destacada ao abrigo do protocolo com o Ministério da Saúde, passou à situação de reforma. Aguardamos que a Unidade Local de Saúde do Algarve proceda à sua substituição. No entretanto, mantém o apoio pro-bono e foi possível articular com o Centro de Saúde de Faro a operacionalidade ao nível das receitas médicas e de alguns meios complementares de diagnóstico. No entanto, as análises clínicas necessárias quando do acolhimento são agora custeadas pela Instituição, algo que era gratuito até meados de 2024.

De todo o modo, e mantendo a protecção total das nossas Crianças, foi possível o continuado apoio médico especializado, em todas as vertentes, mantendo-se as deslocações necessárias e com a frequência adequada a consultas nas mais diversas especialidades na região do Algarve e, ainda em maior número, fora dela.

Os cuidados continuados de saúde são uma realidade, uma vez que se encontram no RAA vinte e oito (28) crianças especiais, com as mais diversas patologias.

O apoio do Mecenato ao nível Médico manteve-se inalterado durante todo o ano de 2024.

4. Psicológica e Psicoterapêutica

Continuou intensa a avaliação psicodiagnóstica e a intervenção psicoterapêutica ao longo de 2024. A tipologia das crianças acolhidas requer esforços suplementares nesta actividade. Apesar do número elevado do movimento de entradas (50) e saídas (32) de Crianças ao longo do ano, foi possível manter o correlato jurídico das decisões em Tribunal e que continua a constituir forte estímulo na consolidação do Modelo Emergência Infantil, criado pelo RAA em 1986. De relevar neste domínio a eficácia da interacção das Psicólogas Clínicas com as Educadoras de Infância, Fisioterapeuta, T. Ocupacionais, T. Fala e Médica.

De importância é também o apoio e acompanhamento de 19 (dezanove) crianças que frequentaram a Escola Pública a par do trabalho diário de intervenção nas várias salas de Educação Pré-escolar (3-6) e Creche (0-3) com a maioria das crianças.

5. Social

No ano de 2024 foram integradas nas suas famílias biológicas 11 (onze) Crianças, 2 (duas) em adoptivas, 5 (cinco) em Famílias de Acolhimento e 14 (Catorze) transferidas para outras Instituições.

Como do antecedente demos continuidade, e com os meios disponíveis:

- Aos acompanhamentos das famílias das crianças acolhidas, em articulação com as Entidade que solicitaram o acolhimento (Segurança Social, Comissões de Protecção de Menores e Tribunais);
- Aos contactos e envio de informação para a Segurança Social, Comissões de Protecção de Menores e Tribunais referente às crianças acolhidas e suas famílias;
- À participação nos Tribunais em Audiências e Debates Judiciais;
- Ao envio de relatórios de caracterização das crianças em situação de adoptabilidade para a Segurança Social, com vista à selecção dos candidatos com o perfil mais adequado às crianças;
- Ao acompanhamento de duas (2) Crianças no período de vinculação observada para a adopção.

6. Pedagógica

- a. Integração da Criança em sala lúdico-pedagógica adequada à sua idade/desenvolvimento, quer em equipamentos internos, ou inserida nos equipamentos da Comunidade.
- 0-3 anos – Creche;
 - 3-5 anos – Pré-Escolar (3 Crianças frequentaram o Pré-Escolar Público);
 - A partir dos 6 anos – Ensino básico (1.º ciclo) – Frequentaram 16 (dezassex) Crianças.

Prosseguiu-se com o trabalho de intervenção precoce, visando estimular as capacidades globais de cada criança, proporcionando o seu desenvolvimento equilibrado e harmonioso, através da implementação de actividades lúdicas, pedagógicas, culturais e sociais. Quer durante o ano lectivo, em contexto de sala de Educação de Infância, quer durante o Verão, época balnear.

Foram desenvolvidas actividades para que as crianças pudessem ter usufruído de novas experiências e/ou realidades e contextos diversificados.

- b. Foi dada continuidade à colaboração com Escolas, Institutos e Universidades, quer a nível Nacional, quer Internacional.
- c. Foi dado seguimento à nossa presença e/ou participação activa em Seminários, Conferências e/ou Encontros, de âmbito Nacional e Europeu, através das plataformas informáticas disponíveis assim como presencialmente.

7. Voluntariado

O Voluntariado é organizado/estruturado na Instituição, à semelhança dos anos transactos (2022 e 2023), com o objectivo de trabalhar a organização e a estabilidade das Crianças Acolhidas, em actividades de carácter específico e, em áreas direccionadas para a dinamização de actividades Lúdicas/Pedagógicas estruturadas, decorrendo de forma pontual ou periódica.

Exemplo de algumas destas actividades foram peças de Teatro, actividades orientadas para a leitura ou hora do conto, actividades desportivas, de expressão musical, ateliers diversificados, entre muitas outras actividades.

Houve também, como habitualmente, apoio externo na área da Medicina, nas especialidades de Dermatologia, Oftalmologia e Estomatologia.

Por fim, as nossas crianças beneficiaram também, da colaboração de vários(as) cabeleireiros(as), ao nível da estética, que se disponibilizaram a cortar e pentear os cabelos das nossas Crianças.

8. Visitas/Eventos

Gostaríamos de destacar os seguintes acontecimentos:

JANEIRO

10 – Visita à Instituição de Emergência Infantil “Casa do Caminho” com vista à realização de reunião de trabalho com a Direcção e Equipa Técnica, no âmbito do Acolhimento Residencial – Novos Desafios.

11 – Visita de Trabalho à Instituição “Kastelo - No meio do Nada” – Unidade de Cuidados Continuados e Paliativos Pediátricos.

12 – I Summit Economia Social – Tendências Actuais e Perspectivas Futuras. Realizada no ISCAP- Porto.

17 – Visita de MGM (Metro- Goldwyn - Mayer) Filmes – Empresa líder de entretenimento focada na produção e distribuição global de conteúdos de cinema e TV em todas as plataformas.

19 – Encontro Anual do CNN- Clube Networkers Notáveis, com entrega de donativo anual ao Refúgio Aboim Ascensão.

20 – Visita do Clube de Costura Tia Anica- Reciclagem e reutilização com base nas Técnicas da Costura e, do Projecto de Croché “Aglhas com Causa”. Projectos de artesanato de carácter Social, sediados em Loulé. Com o objectivo de conhecer o projecto e o modelo de trabalho da Instituição, com vista a fazer uma análise e reconhecimento de eventuais necessidades que possam existir, por forma a poderem dar o seu contributo. Foram, no entanto, deixadas pequenas lembranças: porta-chaves com Emojis, para as crianças mais velhas poderem colocar nas mochilas escolares.

23 – Visita das Crianças da Instituição às Instalações dos Bombeiros Municipais de Loulé, destinada ao agradecimento pela cooperação, daqueles profissionais, nas iluminações de Natal do Refúgio.

24 a 29 – Participação da Directora Executiva, Dr.^a Carla Pargana, nas Comemorações XV Aniversário do Comando Territorial de Faro, celebradas em Lagos, com o apoio da Câmara Municipal de Lagos.

25 – Recepção e visita guiada de Técnicos e Funcionários do Refúgio Aboim Ascensão às Instalações da Associação Sénior Castrense. Seguida de Almoço com Voluntárias da Oficina de Costura Solidária e Atelier dos Brinquedos. Posteriormente decorreu uma palestra, sobre a Missão e História do Refúgio Aboim Ascensão, orientada pela Directora Executiva, Dr.^a Carla Pargana e pelo Dr. Vilas-Boas Marques, ex-Director da Instituição. Foi feita também apresentação do Livro Infantil: “Um Castelo Encantado em S. Pedro das Cabeças”, de autoria da Educadora da Instituição, Ana Colaço. Cujos direitos de autor revertem a favor da Instituição. No final do encontro foi efectuado donativo pela ASC de vestidos de verão, calções, saias de inverno, vestuário em tricot e bonecas, no total de 325 peças. Confeccionadas no âmbito dos projectos solidários, assim como o produto da angariação da campanha de solidariedade (embalagens de fraldas e vestuário variado).

30 – Participação na Sessão Explicativa da CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social) - Compromisso de Cooperação Sector Social e Solidário, Protocolo para o Biénio 2023-2024, nas Instalações do edifício A Voz do Operário, na Graça, em Lisboa. Esteve presente a Socióloga, Dr.ª Verónica Tomé.

FEVEREIRO

16 – Realização de Simulacro no Refúgio Aboim Ascensão, organizado pelo Posto de Comando da Protecção Civil Municipal de Faro.

23 – Cerimónia de entrega do donativo no âmbito dos “Pontos MEO”, na Sede da Altice, em Lisboa. Representaram a Instituição a Directora Executiva, Dr.ª Carla Pargana e a Técnica de Mecenato, D. Ana Freire.

27 – Presença na “Algarve Trade Experience”, da Directora Executiva, Dr.ª Carla Pargana e da Técnica de Mecenato, D. Ana Freire, a convite da Dr.ª Rita Soares, CEO da Herdade da Malhadinha Nova e, da Garrafeira Soares.

29 – Missa do 91.º Aniversário do Refúgio Aboim Ascensão, em Louvor de Nossa Senhora do Leite. Por intenção de: Rodrigo António Aboim Ascensão e restantes membros da família Aboim Ascensão de Sande Lemos; Dina Maria Correia Ribeiro Costa e funcionários do Refúgio Aboim Ascensão já falecidos; Maria Amélia Gascon e restantes Mecenas já falecidos e, Maria Olga Vilas-Boas Marques.

29 – Colóquio “Erradicação da Pobreza, Quais as Soluções? Organizado pelo Banco Alimentar Contra a Fome, no âmbito do 17.º Aniversário. Participação da Directora Executiva, Dr.ª Carla Pargana.

MARÇO

01 – Gala Dinner, 42nd Jimmy Tarbuck Golf Classic 2024, organizado pelo Famoso Comediante e, Amigo, Britânico, realizada no Hotel D. Filipa, em Vale do Lobo. Esteve e representar a Instituição a Directora Executiva, Dr.ª Carla Pargana e a Psicóloga, Dr.ª Elisabete Santos.

07 – Realização do Tradicional “Cozido Autoritário”, nas instalações do Refeitório do Refúgio Aboim Ascensão.

19 – Visita e donativo da Associação Tavira 2nd Chance, Helping the Community.

JSL
18/3
DS
@

21 – Participação da Psicóloga, Dr.^a Elisabete Santos e da Técnica de Mecenato, D. Ana Freire, no Show Case Ryanair Retail, realizado no Hotel EVA, em Faro. No qual foi recebido importante donativo.

23 – Assembleia Geral da CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, realizada em Fátima.

ABRIL

10 – Visita pedagógica de grupo de alunos do 3.º ano do Curso de Fisioterapia, no âmbito da cadeira de Avaliação e Intervenção da Fisioterapia em Pediatria. Da Escola Superior de Saúde, da Universidade do Algarve.

11 – Visita de Responsável do Banco Alimentar Contra a Fome do Algarve.

22 – Comemoração do 95.º Aniversário da “BP Portugal - E ainda agora começamos”, em Lisboa. Esteve e representar a Instituição a Directora Executiva, Dr.^a Carla Pargana.

25 – Participação nas Comemorações do 50.º Aniversário do 25 de Abril, realizadas no Teatro Lethes, em Faro. Esteve e representar a Instituição a Directora Executiva, Dr.^a Carla Pargana.

26 – Visita à Instituição de representantes do Grupo BRISA.

MAIO

03 – Participação na Sessão de Esclarecimento da URIPSS Algarve, efectuada com as várias IPSS's do Distrito de Faro. Realizada nas instalações do Instituto D. Francisco Gomes, em Faro. Com o convidado Dr. Rogério Canhões, cuja temática foi, Casas de Acolhimento para Crianças e Jovens em Risco. A Portaria n.º 450 de 2023 estabelece novas regras de organização e funcionamento. Esteve presente a Socióloga, Dr.^a Verónica Tomé.

08 – Visita pedagógica de grupo de alunos do 3.º ano do Curso de Fisioterapia, no âmbito da cadeira de Avaliação e Intervenção da Fisioterapia em Pediatria. Da Escola Superior de Saúde, da Universidade do Algarve.

09 – Participação da Directora Executiva, Dr.^a Carla Pargana, nas Comemorações do Dia da Europa, na sede da CCDR Algarve, em Faro.

16 – Visita Pedagógica de grupo de alunos Belgas da Haute École Condorcet in Marcinelle, especializados em Educação. Com o Objectivo de conhecer as práticas educacionais Portuguesas.

JSL
J&
KSA
R

24 – Participação nas Comemorações do 33.º Aniversário do Centro da Juventude de Faro/IPDJ. Esteve presente as Técnicas de Psicologia e Sociologia, Dr.ª Elisabete Santos e Dr.ª Verónica Tomé.

25 – Colaboração do Refúgio Aboim Ascensão com o Banco Alimentar, no âmbito da recolha de Alimentos, na loja Auchan, do Mercado Municipal de Faro.

JUNHO

01 – Visita da BP – Portugal, no âmbito das Comemorações do Dia Mundial da Criança e, da Cerimónia de Assinatura do Protocolo Anual de fornecimento de combustível para toda a frota do Refúgio Aboim Ascensão. A Cerimónia contou este ano novamente com a presença da Dr.ª Sílvia Barata, Presidente da BP- Portugal. Contamos, igualmente, com a presença do Vice-Presidente da ABRAA, Dr. Rodrigo Sande e Lemos. Estiveram, também, presentes várias entidades oficiais regionais e locais e, amigos e Beneméritos da Instituição. Todas as actividades programadas para as nossas crianças foram gentilmente oferecidas pela Médica de Clínica Geral, Dr.ª Débora Soares.

01 – No âmbito das Comemorações do Dia Mundial da Criança, o Município de Albufeira organizou o “Vale Encantado”, no qual participaram cerca de 9 mil pessoas. O Evento contou, também, com um momento de solidariedade como motivo de exemplo para quem está a crescer na comunidade, tendo sido efectuado um donativo ao Refúgio Aboim Ascensão e outro à Associação Oncológica do Algarve. No âmbito do Projecto FAZ + da escritora Dina Santos, com o apoio do Presidente da Câmara, Dr. José Carlos Rolo e da Vereadora Dr.ª Cláudia Guedelha. Esteve presente a Dr.ª Carla Pargana, Directora Executiva do Refúgio Aboim Ascensão.

02 – Apresentação do Livro infantil: “Um castelo encantado em são Pedro das Cabeças”, de autoria da Educadora da Instituição, Ana Colaço. Edições Berbequim das Letras. Realizada na Feira do Livro, no Parque Eduardo VII, em Lisboa.

07 e 08 – “The Sir Bobby Robson Celebrity Golf Classic XIX”- Gala Diner, In Aid of Refúgio Aboim Ascensão. Este ano com o tema: Bobby`s Barca Years. Realizado no Hotel Pestana Vila Sol e Clube de Golf. Neste âmbito foi realizada, no dia 08, visita às Instalações da Instituição por grupo de amigos da Família Bobby Robson. Realizou-se, também, neste âmbito, no dia 07, à tarde, a Tea Party, dirigida às Crianças da Instituição, com lanche, jogos e variadíssimos divertimentos.

13 – 2024 Summit – Emergency & Social Care: Europarque de Santa Maria da Feira.

20 – Participação no Seminário “Em Faro a violência não se aceita, ponto!”, organizada pela Câmara Municipal de Faro, com a presença da Exma. Sra. Secretária de Estado da Segurança Social, Dr.^a Clara Marques Mendes.

JULHO

04 – Visita à Instituição de Mrs. Adele Fox Croft – do grupo de Amigos da Família Bobby Robson, no âmbito “The Sir Bobby Robson Celebrity Golf Classic XIX – Bobby’s Barca Years, realizado nos dias 07 e 08 de Junho.

09 – Apresentação pela CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade do quarto estudo sobre “A importância económica e social das IPSS em Portugal: Central de Balanços (2021)” que contou com o apoio do BPI e Fundação La Caixa. A apresentação teve lugar no BPI All in One, no Edifício Monumental, Praça Duque do Saldanha, Lisboa.

25 – Filmagem da Sic, em directo, da Instituição para o Programa “Alô Portugal”. O programa tinha, em estúdio, os apresentadores Ana Marques e José Figueiras e, em reportagem na Instituição o Actor Miguel Costa, que dá a conhecer várias acções, companhias e projectos pelo País. Para além disso, o atleta Joel Costa que fez a N2 entre 29 de Julho e 2 de Agosto, para angariar fundos para o Refúgio juntou-se, também, nesse dia à reportagem.

AGOSTO

13 – Entrega de donativo de mantas em Crochet da “Espiral de Vontades”, Associação de Apoio a Desfavorecidos, originária do Município de Monchique.

25 – Cerimónia de Comemoração do 137.º Aniversário do Comando Distrital da PSP de Faro. Esteve presente a Dr.^a Carla Pargana, Directora Executiva do Refúgio Aboim Ascensão.

SETEMBRO

07 – Cerimónias comemorativas do Dia da Cidade de Faro. O Município de Faro celebrou, este ano 484 anos da sua elevação a cidade com um conjunto de iniciativas que incluíram distinções e homenagens a funcionários, personalidades e instituições, descerramentos de placas toponímicas, bem como inaugurações ou visitas a obras em curso no concelho, que contaram com a presença do Ministro da Infra-estruturas, Dr. Miguel Pinto Luz, e da Secretária de Estado da Habitação, Dr.^a Patrícia Gonçalves Costa, e da Secretária de Estado da Acção Social e da Inclusão, Dr.^a Clara Marques Mendes. Esteve presente nas Cerimónias, Dr.^a Carla Pargana, Directora Executiva do Refúgio Aboim Ascensão.

16 – Visita do Grupo Parlamentar do Partido CHEGA. Estiveram presentes os Deputados à Assembleia da República, Dr.^a Sandra Ribeiro, e Dr. João Paulo Graça e membros da Comissão Política Nacional do Partido. Com o objectivo de conhecer o conceito, a metodologia e, a aplicação prática da “Emergência Infantil” assim como, da situação actual da política de protecção da Criança. Percorreram a Instituição interagindo com as crianças e dialogando com os Técnicos.

16 – No âmbito do dia Mundial da Literacia, que decorreu no passado dia 8 de Setembro, o Supermercado Pingo Doce, de Faro, ofereceu às nossas crianças uma Biblioteca Comunitária com os livros das “Histórias de Encantar”, do Pingo Doce, do Grupo Jerónimo Martins.

24 – Inauguração da Exposição fotográfica de rua “Vida na Praia”, patente no Jardim Manuel Bivar até 30 de Abril de 2025. Organizada pela Associação ALFA - Associação Livre de Fotógrafos do Algarve. O Refúgio foi uma das Instituições a participar desta exposição. Esta exposição revela o “microcosmos” da vida na Praia de Faro onde estão presentes a comunidade piscatória, o turismo, a área social e a educação.

OUTUBRO

03 – Annual Council Meeting 2024, da NSPCC (National Society for the Prevention of Cruelty to Children), em Birmingham City Football Club. A representar a Instituição esteve a Socióloga, Dr.^a Verónica Tomé, através de Videoconferência.

21 – Comemoração do Dia Nacional das Acessibilidades, organizado pelo Município de Faro. Esteve presente a Directora Técnica, Dr.^a Manuela Silva.

22 – Entrega de Brinquedos de Praia ao Refúgio Aboim Ascensão. Pelo segundo ano consecutivo, a RED SEAGULL reafirma seu compromisso com a responsabilidade social e ambiental ao realizar mais uma entrega de brinquedos à Instituição. Estes brinquedos, recolhidos durante o verão pelos concessionários das praias, foram deixados na areia pelos banhistas e, graças à colaboração entre a RED SEAGULL e os concessionários locais, puderam ganhar um novo propósito: proporcionar momentos de alegria às crianças em situação de vulnerabilidade. Esta entidade tem como missão trabalhar continuamente para conscientizar e educar as comunidades sobre a importância da segurança junto de ambientes aquáticos, promovendo uma cultura de prevenção e capacitando para o desenvolvimento e/ou melhoramento de habilidades de salvamento.

31 – Entrega de donativo pela Ryanair, no âmbito do apoio solidário ao Refúgio Aboim Ascensão. Representaram a Instituição a Directora Executiva, Dr.^a Carla Pargana e a Técnica de Mecenato, D. Ana Freire.

NOVEMBRO

23 – Assembleia Geral da CNIS, em Fátima. Esteve presente a Directora Executiva, Dr.^a Carla Pargana.

24 – Prémio “Sempre Solidários 2024” - Fundação Manuel António da Mota, realizado na Alfândega do Porto. Esta cerimónia contou com a presença do Primeiro-Ministro Dr. Luís Montenegro, da Presidente do Conselho de Curadores da Fundação, Dr.^a Manuela Eanes, do Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil SGPS, Dr. Carlos Mota Santos e ainda, da Comissária Europeia, Dr.^a Elisa Ferreira, oradora convidada nesta cerimónia, entre centenas de convidados. Contou também com a presença da Directora Executiva do Refúgio Aboim Ascensão, Dr.^a Carla Pargana.

29 – Visita da Embaixadora do Consulado-Geral do Brasil, em Faro, Dr.^a Katia Gilaberte, e respectivos colaboradores. Entrega de donativo.

DEZEMBRO

01 – Cerimónia de Abertura das 3.000 Lâmpadas. Este ano presidiu à Cerimónia o Presidente do Instituto de Segurança Social, Dr. Octávio Félix de Oliveira. Estiveram, também, presentes a Deputada do CHEGA, Dr.^a Sandra Ribeiro, o Dr. José Apolinário, Presidente da CCDR-Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região do Algarve, o Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Faro, Dr. Rogério Bacalhau e Dr. Paulo Santos respectivamente, juntamente com o Vereador da Área Social, Dr. Carlos Baía. O Presidente do IPDJ, Dr. Custódio Moreno, o Presidente da União das Freguesias de Faro (Sé e S. Pedro), Eng.º Bruno Lage, a Directora e Professora da Escola Superior de Gestão, Turismo da Universidade do Algarve, Dr.^a Alexandra Gonçalves, entre outras entidades (Directores e demais responsáveis Regionais de Organismos do Governo, como Comandantes das Forças de Ordem e Protecção e Segurança na Região Algarvia) e personalidades que apoiam o Refúgio e suas Crianças em Risco. Estiveram, também, presentes Mecenases e membros da Comunidade. As Lâmpadas de Natal estiveram ligadas até ao dia dos Reis, uma tradição que se cumpre todos os anos durante esta época.

1 – Visita e donativo de brinquedos de grupo de Filipinos residentes no Algarve. Oferta também de filmagem com Drone, da Cerimónia de Abertura das Luzes na Instituição.

02 – Visita do Supermercado Intermarché de Faro, com o objectivo de oferecer brinquedos às Crianças.

10 – Visita e donativo da Elo Farma – Rede de Farmácias em Portugal.

JSC
18/12
18/12
18/12

11 – Participação da Directora Executiva, Dr.ª Carla Pargana, na Sessão Solene do 45.º Aniversário da Universidade do Algarve. Realizada no Grande Auditório, no Campus de Gambelas. Destacamos aqui o Discurso da Presidente do Conselho Geral, Dr.ª Ana Jorge.

13 – Visita da Dr.ª Katia Gilaberte, Embaixadora do Consulado do Brasil, em Faro, e elementos do Consulado, para entrega de brinquedos para o Natal das Crianças da Instituição.

13 – Visita e Donativo da Aviludo (Contribuição nos cabazes de Natal para oferta aos funcionários do Refúgio).

13 – Visita e donativo da Hiking Algarve.

14 – Desfile tradicional dos Pais Natal Motards, organizado pelo Moto Clube de Faro. O desfile tem um cariz solidário, com passagem obrigatória em algumas instituições, como é o caso do Refúgio Aboim Ascensão, onde normalmente são oferecidas prendas às crianças carenciadas.

20 – Visita e oferta de brinquedos da Junta de Freguesia do Montenegro, de Faro.

20 – Visita e oferta de brinquedos da Junta de Freguesia de Silves.

20 – Visita e oferta de donativo da Associação de Bombeiros Voluntários, de Silves.

21 – Visita de grupo de elementos da Tuna Académica da Universidade do Algarve, com o objectivo de efectuar donativo.

21 – Dia do Voluntariado da CARBY- Grupo JAP- Remodelação do refeitório da Instituição.

21 – Visita da Direcção da Associação Académica da UALG- Universidade do Algarve.

21 – Visita e Donativo da loja Primark.

21 – Visita e donativo da Imobiliária, City Home.

21 – Visita e donativo do Lusitano Ginásio Clube Moncarapachense.

Mecenato

A Direcção de ABRAA, quer aqui expressar os mais sinceros agradecimentos, a todos quantos procuram ajudar com a sua contribuição, no sentido de procurar aumentar a eficácia da acção que esta Associação tem vindo a desenvolver respeitante ao bem-estar de todas as crianças que têm vindo a beneficiar deste auxílio. Queremos salientar aqui, entre outros, os nomes de alguns Mecenatas, como a seguir se descreve:

- Manuel Farrajota Martins
- Sir Bobby Robson Golf Classic
- RYANAIR
- Carvoeiro Golf
- MEO – Altice
- J. B. Haggas
- BP Portugal
- Brisa – Auto Estradas de Portugal, SA
- Jimmy Tarbuck Golf Tournament
- Laboratórios SARBEC

Património da Associação

Colónia Balnear da Ilha de Faro

As crianças do RAA continuam a utilizar Colónia Balnear nos meses de Junho a Setembro. As excepcionais condições ambientais e de localização da Ilha de Faro permitem que as crianças, com idade superior a 3 anos, passem os meses estivais com os colaboradores do RAA.

Como todos os anos, realizaram-se obras de melhoramento e de manutenção na Colónia Balnear, nomeadamente, na zona frequentada pelas crianças do Refúgio durante o verão. Continua em aberto a possibilidade de parcerias com entidades públicas ou privadas para a partilha de utilização da Colónia.

Horta do Canto

- **Arrendamento**

Continua arrendada a parcela urbana deste imóvel, artigo matricial U-4633.

- **Cedência gratuita de terreno**

A Direcção continua a autorizar a utilização do terreno sob o art.º 31 Secção H para pastoreio, mantendo-se o acordo de cessão gratuita entre as partes.

Imóvel Rua Ascensão Guimarães 1, Faro - Casa de Fresco

Após terminarem as obras de recuperação e restauro, concluíram-se as obras de arranjos exteriores e especialidades.

Assembleias Gerais

Em 2024 realizaram-se três Assembleias Gerais, as quais ocorreram nas seguintes datas:

- I) Assembleia Ordinária realizada a 21 de Março de 2024, cuja ordem de trabalhos foi:
- Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas da Direcção do ano 2023; Implementação de nova resposta social no Refúgio Aboim Ascensão – Valência Creche.

II) Assembleia Ordinária realizada a 14 de Novembro de 2024, cuja ordem de trabalhos foi:

- Apreciação do Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2025; Apreciação do Parecer emitido pelo Conselho Fiscal sobre o Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2025; Votação do Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2025; Alteração aos Estatutos em conformidade com o ofício da Direcção-Geral da Segurança Social, de 14 de Novembro de 2023, no âmbito do qual são exigidos “os seguintes aperfeiçoamentos:

- Artigo 3.º, alínea e) – deve adequar a designação da resposta social desenvolvida, que pelo seu teor corresponderá à nomenclatura atual de Centro de Atividades de Tempos Livres;

- Artigo 3.º alínea h) – deve adequar a designação da resposta social desenvolvida, que pelo seu teor corresponderá à nomenclatura atual de Centro de Férias e Lazer;

- Artigo 3.º alínea i) e j) – Apresentam-se objetivos/atividades que não correspondem ao âmbito social, devendo em número autónomo identificar esses objetivos que são de outros âmbitos (objetivos secundários) – artigo 10.º n.º 3 do EIPSS;

- Artigo 5.º n.º 2 – deve adequar a redação, por forma a que a admissão e destituição dos associados, quer sejam efetivos ou honorários, seja uma competência atribuída à assembleia geral, ainda que sob proposta da direcção, assegurando o direito de associativismo e garantindo a existência de uma segunda instância de decisão/ recurso;

- Artigo 13.º, n.º 5 – Deve ser completado, considerando o disposto no artigo 60.º do EIPSS do Estatuto das IPSS, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 172/A-2014, de 14 de novembro, alterado pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho;
- Artigo 14.º, n.º 3 – Deve completar nos termos do que dispõe o artigo 17.º n.º 1 do EIPSS;
- Artigo 17.º - Acrescentar como competência do órgão de fiscalização “Dar parecer sobre quaisquer assuntos que os outros órgãos submetam à sua apreciação.” – cf. A alínea c) do n.º1 do artigo 14.º do EIPSS;
- Encontra-se em falta um artigo dedicado às deliberações da assembleia geral (votações) de acordo com o estabelecido no artigo 62.º do EIPSS;
- Encontra-se em falta o regime das incompatibilidades nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º B do EIPSS.;

III) Assembleia Extraordinária realizada a 14 de Novembro de 2024, cuja ordem de trabalhos foi:

- Eleição dos novos Corpos Sociais para o quadriénio 2025-2028.

Massa associativa

Em 2024 faleceram duas associadas.

Contas da Direcção

O exercício de 2024 decorreu dentro da normalidade em todas as áreas e vertentes da missão e actividade da Associação.

Os apoios do Estado foram mantidos tendo-se registado um incremento significativo do número de Crianças acolhidas, somente comparável a meados de 2020, o que propicia uma perspectiva mais optimista relativamente à manutenção da tipologia de trabalho desta Casa de Acolhimento.

A generosidade e comprometimento da Sociedade Civil, Particulares e Empresas, continuam a registar níveis muito expressivos, o que nos permite encarar o futuro da Associação, do Refúgio e da Emergência Infantil de uma forma bastante positiva.

No que concerne aos Rendimentos, o exercício de 2024 decorreu de forma muito favorável, solidificando a situação financeira da Instituição.

No que se refere aos Gastos, e apesar dos níveis de inflação nos géneros alimentares, electricidade e gastos com o pessoal (aumento do salário mínimo em 60,00€), o controlo apertado de todas as rubricas desta classe com o envolvimento de todos, permitiu o fecho do exercício de 2024 sem qualquer tipo de constrangimento.

A Direcção da ABRAA apreciou e acompanhou com cuidado e atenção os elementos disponibilizados pelo Técnico Oficial de Contas, tendo a referir que o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024, se saldou com um resultado positivo de € 662.239,00.

A Direcção propõe que o resultado seja transferido para a rubrica de resultados transitados.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2025

A Direcção



Doutora Maria da Conceição Pizarro de Sande e Lemos da Cunha e Sá



Dr. Rodrigo Salema de Sande e Lemos



Prof. Doutor José Pizarro de Sande e Lemos



Dr.ª Carla Luísa Gomes Pargana



Dr.ª Teresa Almiro do Vale de Sande e Lemos



ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E REFÚGIO ABOIM ASCENSÃO
Instituição Particular de Solidariedade Social

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos Senhores Associados,

1. Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, cumpre-nos apresentar o relatório e parecer sobre as contas e Relatório de Gestão apresentados pela Direção da ASSOCIAÇÃO DA BENEFICÊNCIA E REFÚGIO ABOIM ASCENSÃO, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que evidenciam um resultado líquido positivo de 662.239 euros.
2. Acompanhámos com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Associação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, com base na informação contabilística. No âmbito das consequências legalmente estabelecidas considerámos convenientes para o desempenho das nossas funções.
3. No final do exercício analisámos o Relatório de Gestão, apresentado pela Direção tendo concluído que está elaborado em conformidade com as disposições legais e estatutárias.
4. Verificámos igualmente as contas que nos foram submetidas para emissão de parecer, as quais estão em conformidade com os princípios contabilísticos. Apreciámos também a Certificação Legal de Contas, que merece toda a nossa concordância.
5. Como resultado das ações de fiscalização exercidas, somos da opinião que as contas apresentadas, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e correspondente Anexo, refletem a situação económica e financeira da Associação à data que se reportam.
6. Nestas condições somos de parecer que a Assembleia Geral aprove:
 - o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
 - a proposta de aplicação dos Resultados apresentados pela Direção.

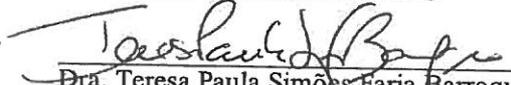
Lisboa, 19 de março de 2025



Dr. Jaime de Macedo Santos Bastos



Dr. António Luis Isidro de Pinho



Dra. Teresa Paula Simões Faria Barroqueiro



Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão

Instituição Particular de Solidariedade Social

Fundada em 1907

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Índice	2
Balanço em 31 de dezembro de 2024	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Período findo em 31 de dezembro de 2024	4
Demonstração de Fluxos de Caixa	5
Período findo em 31 de dezembro de 2024	5
Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2024 e período 2023	5
Anexo	7
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3. Principais Políticas Contabilísticas	7
3.1. Bases de Apresentação	7
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	9
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	15
5. Ativos Fixos Tangíveis	15
6. Propriedades de investimento	16
7. Ativos Intangíveis	17
8. Rédito	17
9. Subsídios, doações e legados à exploração	17
10. Instrumentos financeiros	18
10.1. Investimentos financeiros	18
10.2. Estado e Outros Entes Públicos	18
10.3. Créditos a receber	18
10.4. Caixa e Depósitos Bancários	19
10.5. Fornecedores	19
10.6. Outros passivos correntes	19
11. Gastos com pessoal	20
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	20
13. Outras Informações	20
13.1. Diferimentos	21
13.2. Fundos Patrimoniais	21
13.3. Fornecimentos e serviços externos	22
13.4. Outros rendimentos	23
13.5. Outros gastos	24
13.6. Acontecimentos após data de Balanço	24

JIL

JBC

MSI

↑

Balanço em 31 de dezembro de 2024

Balanço em 31 de Dezembro de 2024

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2024	31-12-2023
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 353 418,22	2 115 098,12
Ativos intangíveis	7	-	-
Investimentos financeiros	10.1	8 485,81	8 485,81
Subtotal		<u>2 361 904,03</u>	<u>2 123 583,93</u>
Ativo corrente			
Clientes	10.3	26 321,44	26 871,98
Créditos a receber	10.3	99 595,49	114 302,27
Estado e outros Entes Públicos	10.2	1 963,60	1 086,29
Diferimentos	13.1	145 543,08	285 661,24
Caixa e depósitos bancários	10.4	5 114 364,53	4 282 544,97
Subtotal		<u>5 387 788,14</u>	<u>4 710 466,75</u>
Total do Ativo		<u>7 749 692,17</u>	<u>6 834 050,68</u>
Fundos patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.2	122 199,75	122 199,75
Reservas	13.2	287 432,29	287 432,29
Resultados transitados	13.2	5 270 110,79	4 533 647,87
Outras variações nos fundos patrimoniais	13.2	944 150,26	704 069,39
Resultado Líquido do período		662 238,68	824 518,08
Total dos Fundos Patrimoniais		<u>7 286 131,77</u>	<u>6 471 867,38</u>
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.5	45 908,74	45 624,77
Estado e outros Entes Públicos	10.2	48 089,70	43 546,81
Diferimentos	13.1	19 895,35	19 964,82
Outros passivos correntes	10.6	349 666,61	253 046,90
Subtotal		<u>463 560,40</u>	<u>362 183,30</u>
Total do Passivo		<u>463 560,40</u>	<u>362 183,30</u>
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		<u>7 749 692,17</u>	<u>6 834 050,68</u>

Montantes expressos em Euros

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

O Contabilista Certificado



A Direção

Handwritten signatures of the Board members:
 H.C.S.
 Pedro Sandoz Gomes
 J. Sandoz Gomes
 Rosa Sandoz Gomes

Demonstração dos Resultados por Naturezas Período findo em 31 de dezembro de 2024

Demonstração dos Resultados por Naturezas Período findo em 31 de Dezembro de 2024

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	8	180,00	145,00
Subsídios, doações e legados à exploração	9	3 067 275,65	2 652 165,30
Custo das mercad. vendidas e das mat.s consumidas	13.3	-	(238 543,84)
Fornecimentos e serviços externos	13.3	(726 774,52)	(500 053,80)
Gastos com o pessoal	11	(2 013 598,46)	(1 924 887,15)
Outros rendimentos	13.4	485 219,79	928 446,23
Outros gastos	13.5	(77 738,08)	(22 533,34)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		734 564,38	894 738,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6, 7	(72 325,70)	(70 220,32)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		662 238,68	824 518,08
Resultados antes de impostos		662 238,68	824 518,08
Resultado líquido do período		662 238,68	824 518,08

Montantes expressos em Euros

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

O Contabilista Certificado



A Direção



Demonstração de Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2024

Demonstração dos Fluxos De Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2024

Rubricas	Notas	Períodos	
		2024	2023
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Pagamento a fornecedores		(582 772,01)	(787 192,51)
Pagamentos ao pessoal		(1 483 200,76)	(1 297 420,31)
Caixa gerada pelas operações		(2 065 972,77)	(2 084 612,82)
Outros recebimentos/pagamentos		(581 843,83)	(749 297,78)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(2 647 816,60)	(2 833 910,60)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(21 967,44)	(513 881,84)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		18 247,05	470 000,00
Investimentos financeiros		108 963,28	79 360,02
Juros e rendimentos similares		107 623,02	19 594,73
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		212 865,91	55 072,91
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		670 353,71	375 999,88
Outras operações de financiamento		2 596 416,54	2 418 244,70
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		3 266 770,25	2 794 244,58
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		831 819,56	15 406,89
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		4 282 544,97	4 267 138,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.4	5 114 364,53	4 282 544,97

Montantes expressos em Euros

O CONTABILISTA CERTIFICADO



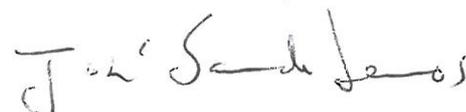
A DIRECÇÃO

Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais

no período 2024 e período 2023







Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 2023

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	O. variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
Posição no início do ano 2023	1	122 199,75	287 432,29	3 742 553,82	834 859,85	791 094,05	5 778 139,76	5 778 139,76
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				791 094,05	(130 790,46)	(791 094,05)	(130 790,46)	(130 790,46)
	2	-	-	791 094,05	(130 790,46)	(791 094,05)	(130 790,46)	(130 790,46)
Resultado Líquido do Período	3					824 518,08	824 518,08	824 518,08
Resultado Integral	4=2+3					33 424,03	693 727,62	693 727,62
Operações com Instituidores no Período								
	5	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do ano 2023	6=1+2+3+4	122 199,75	287 432,29	4 533 647,87	704 069,39	824 518,08	6 471 867,38	6 471 867,38
Montantes expressos em Euros	0							

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 2024

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	O. variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
Posição no início do ano 2024	6	122 199,75	287 432,29	4 533 647,87	704 069,39	824 518,08	6 471 867,38	6 471 867,38
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				736 462,92	240 080,87	(824 518,08)	152 025,71	152 025,71
	7	-	-	736 462,92	240 080,87	(824 518,08)	152 025,71	152 025,71
Resultado Líquido do Período	8					662 238,68	662 238,68	662 238,68
Resultado Integral	9=7+8					(162 279,40)	814 264,39	814 264,39
Operações com Instituidores no Período								
	10	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do ano 2024	6+7+8+10	122 199,75	287 432,29	5 270 110,79	944 150,26	662 238,68	7 286 131,77	7 286 131,77
Montantes expressos em Euros								

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

Pedro Sebastião
 João Grande de Jesus

 Renato Sebastião

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão (doravante apenas designada por Associação), com sede Largo do Museu da Artilharia, n.º 2, em Lisboa, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), fundada em 1907, que tem como atividade principal o apoio a crianças e jovens e às respetivas famílias.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Associação na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Associação continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Nota 11.6) e “Diferimentos” (Nota 14.1)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade está dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como gastos e rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Associação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de forma consistente ao longo do tempo e em toda a Associação. Procedendo-se a alterações

das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, impostos pagos e não restituíveis, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Associação espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Associação a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Associação tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, tendo sido adotado o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo as que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.2. Propriedades de Investimento

Os ativos detidos pela Associação nesta rubrica correspondem a edifícios e outras construções detidos para obter rendimento, nomeadamente através do arrendamento. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços e também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

1

JSL
JSL
JSL
JSL

As “Propriedades de Investimento” são mensuradas inicialmente pelo mesmo método que os “Ativos Fixos Tangíveis”, sejam estas adquiridas pela Associação, sejam doadas a título gratuito a esta. Para mensuração subsequente, a Associação adotou o Modelo do Custo, onde os itens encontram-se mensurados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em curso” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, tendo sido adotado o método da linha reta e em conformidade com um período de vida útil estimado entre 10 e 50 anos.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Conforme disposto do ponto 7.5 do Aviso 8259/2015 de 29 de julho as propriedades de investimento (terrenos e edifícios) foram reclassificadas em 2016 como ativo fixos tangíveis.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Associação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os bens encontram-se anualmente sujeitos a um teste de imparidade e a uma amortização. Estas amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos respetivos ativos, sendo de 3 anos no caso dos programas de computador.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários

JSL
TSL
JH
[Handwritten initials and marks]

A

para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro, exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros são registados no momento do recebimento.

Clientes, utentes e outros créditos a receber

Os “Clientes e utentes” e os “Outros créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade quando estas se encontram reconhecidas para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato, a Associação avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. A partir do momento em que deixam de estar em imparidade é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos pela forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras dívidas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Associação ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados atribuídos pelo governo, fundadores ou outras entidades.

3.2.7. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (nas atividades sujeitas), abatimentos e descontos.

A Associação reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, quando seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a um serviço prestado estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, na natureza do serviço e na especificidade de cada acordo.

As quotas estão a ser reconhecidas numa base de caixa, dado o valor anual da quota e o número de associados em dívida serem reduzidos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.8. Provisões

Periodicamente a Associação analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Associação reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Associação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Associação. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9. Financiamentos Obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados no passivo pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

“b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Desta forma, toda a atividade da Associação encontra-se isenta de IRC. Eventual imposto sobre o rendimento a pagar refere-se a tributações autónomas nos termos do n.º 2 do art.º 88 do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2021 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.11. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de refeição, abono para falhas, subsídio de férias, subsídio de Natal e outras retribuições que eventualmente possam ser designadas pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no exercício em que os serviços foram prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento. Desta forma, a responsabilidade com férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais, a liquidar no exercício económico seguinte, encontram-se espelhadas num passivo (Nota 12).

3.2.12. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Associação são apresentadas em Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação. As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/ recebimentos das transações, bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se

JSC

relacionados com empréstimos, ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer alterações nas políticas ou estimativas contabilísticas, nem foram detetados quaisquer erros.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos nos ativos fixos tangíveis ocorridos durante os exercícios de 2024 e 2023, bem como as depreciações e amortizações registadas, resumem-se no quadro em baixo.

31 de dezembro de 2024				
	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições/Doações Depreciações	Alienações/Abates Cedências	Saldo em 31-Dez-2024
Custo				
Terrenos e recursos naturais	553 991,20	224 216,61		778 207,81
Edifícios e outras construções	2 332 895,44	888 601,54	(644 619,38)	2 576 877,60
Equipamento básico	525 993,41	11 149,99	(744,46)	536 398,94
Equipamento de transporte	576 879,04		(25 299,99)	551 579,05
Equipamento administrativo	350 710,87	2 281,65	(16 870,92)	336 121,60
Outros Ativos fixos tangíveis	213 592,83	461,25		214 054,08
Obras em curso	171 445,86	44 505,83	(215 951,69)	-
Total	4 725 508,65	1 171 216,87	(903 486,44)	4 993 239,08
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	(1 033 181,14)	(42 533,63)	-	(1 075 714,77)
Equipamento básico	(500 650,09)	(8 690,53)	744,46	(508 596,16)
Equipamento de transporte	(527 698,90)	(15 516,12)	25 299,99	(517 915,03)
Equipamento administrativo	(345 513,59)	(4 167,22)	16 870,92	(332 809,89)
Outros Ativos fixos tangíveis	(203 366,81)	(1 418,20)		(204 785,01)
Total	(2 610 410,53)	(72 325,70)	42 915,37	(2 639 820,86)
Total Líquido	2 115 098,12	1 098 891,17	(860 571,07)	2 353 418,22
31 de dezembro de 2023				
	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições/Doações Depreciações	Alienações / Cedências	Saldo em 31-Dez-2023
Custo				
Terrenos e recursos naturais	458 689,21	129 802,10	(34 500,11)	553 991,20
Edifícios e outras construções	2 046 989,44	389 406,34	(103 500,34)	2 332 895,44
Equipamento básico	517 991,18	13 447,88	(5 445,65)	525 993,41
Equipamento de transporte	570 958,94	39 314,08	(33 393,98)	576 879,04
Equipamento administrativo	354 992,06		(4 281,19)	350 710,87
Outros Ativos fixos tangíveis	213 592,83			213 592,83
Obras em curso	-	171 445,86		171 445,86
Total	4 163 213,66	743 416,26	(181 121,27)	4 725 508,65
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	(1 001 641,99)	(38 439,15)	6 900,00	(1 033 181,14)
Equipamento básico	(496 415,52)	(9 680,22)	5 445,65	(500 650,09)
Equipamento de transporte	(546 764,06)	(14 328,82)	33 393,98	(527 698,90)
Equipamento administrativo	(343 473,48)	(6 321,30)	4 281,19	(345 513,59)
Outros Ativos fixos tangíveis	(201 915,98)	(1 450,83)		(203 366,81)
Total	(2 590 211,03)	(70 220,32)	50 020,82	(2 610 410,53)
Total Líquido	1 573 002,63	673 195,94	(131 100,45)	2 115 098,12

6. Propriedades de investimento

JTL
RSC
MAD

A Associação dispõe de investimentos em edifícios que se encontram arrendados a terceiros. O valor escriturado dos investimentos e respetivas depreciações estão registados como ativos fixos tangíveis (nota 3.2.2).

7. Ativos Intangíveis

O quadro abaixo resume os movimentos corridos nesta rubrica no exercício de 2024 e 2023:

31 de dezembro de 2024		
	Saldo em 01-Jan-2024	Saldo em 31-Dez-2024
Custo		
Programas de Computador	11 409,94	11 409,94
Total	11 409,94	11 409,94
Depreciações acumuladas		
Programas de Computador	(11 409,94)	(11 409,94)
Total	(11 409,94)	(11 409,94)
Total Líquido	-	-

8. Rédito

Os valores registados em “Vendas e serviços prestados” referem-se a quotas.

9. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Associação tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos”:

Descrição	2024	2023
Subsídios:		
Centro regional da Segurança Social	1 930 127,05	1 820 538,89
Autarquias	600,00	200,00
Ministérios	347 134,00	347 134,00
Doações e heranças	789 414,60	483 892,41
Outros		400,00
Total	3 067 275,65	2 652 165,30

As participações por parte do Estado ocorrem independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída para suportar os gastos de funcionamento. Em 2024 foi efetuado o registo destas participações da segurança social em “Subsídios, doações e legados à exploração” tendo sido efetuada a reclassificação na demonstração dos resultados para efeitos comparativos com exercício anterior.

A partir de 2024 os donativos passaram a ser registados em “Subsídios, doações e legados à exploração” (anteriormente na rubrica de “outros rendimentos”) tendo sido efetuada a reclassificação na demonstração dos resultados para efeitos comparativos com exercício anterior.

10. Instrumentos financeiros

A Associação, nos exercícios de 2024 e 2023, teve as rubricas de ativos e passivos financeiros indicados nos subpontos seguintes.

10.1. Investimentos financeiros

A Associação dispõe dos seguintes investimentos financeiros:

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Outros Investimentos financeiros:		
Títulos da dívida pública	255,36	255,36
Fundo de Compensação do Trabalho	8 230,45	8 230,45
Total	8 485,81	8 485,81

10.2. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 963,60	1 086,29
Total	1 963,60	1 086,29
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimentos	10 985,25	11 056,25
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		34,68
Segurança Social	37 104,45	32 455,88
FCT e FGCT	-	-
Total	48 089,70	43 546,81

Os valores registados em passivo foram pagos em janeiro de 2025.

10.3. Créditos a receber

A rubrica "Créditos a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Clientes	26 321,44	26 321,44
Ocréditos a receber		
Adiantamentos ao pessoal	3 055,38	5 485,00
Adiantamentos a Fornecedores gerais	165,20	3 301,48
Adiantamento de Fornecedores de investimentos	10 953,00	18 247,05
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Receitas diferidas	30 579,12	30 984,67
Outros Devedores	54 842,79	56 284,07
Total	99 595,49	114 302,27

O montante em adiantamentos a fornecedores de imobilizado refere-se ao adiantamento para aquisição de duas carrinhas.

O rubrica "Outros devedores" refere-se essencialmente à "Campanha de pontos TMN".

10.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Caixa	6 067,14	5 796,20
Depósitos à ordem	759 297,39	369 748,77
Depósitos a prazo	4 349 000,00	3 907 000,00
Total	5 114 364,53	4 282 544,97

10.5. Fornecedores

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2024 e 2023 desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
	Passivo	Passivo
Fornecedores c/c	45 908,74	45 624,77
Total	45 908,74	45 624,77

Referem-se a faturas em dívida a entidades prestadoras de serviços ou fornecedoras de bens essenciais ao funcionamento da Associação, na sua maioria com maturidade inferior a 30 dias.

10.6. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Fornecedores de Investimentos	4 403,65	8 525,20
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar	228 860,64	225 684,42
Outros acréscimos de gastos	7 699,93	10 903,09
Abonos	98 576,80	-
Outros credores	10 125,59	7 934,19
Total	349 666,61	253 046,90

A rubrica “abonos” refere-se aos valores recebidos para posterior entrega aos utentes.

11. Gastos com pessoal

O número médio de pessoas ao serviço da Associação em 2023 e 2024 foi de “84” e “85”, respetivamente. O número de membros dos órgãos sociais, direção e conselho fiscal, foram de 8.

Os gastos que a Associação incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações ao Pessoal	1 624 237,60	1 543 637,39
Indemnizações	1 579,74	1 446,71
Encargos sobre as Remunerações	333 072,43	313 384,78
Seg. Ac. Trabalho e Doenças Profissionais	13 524,19	15 755,89
Outros Gastos com o Pessoal	41 184,50	50 662,38
Total	2 013 598,46	1 924 887,15

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. Outras Informações

A Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão é parte numa ação judicial com o Instituto da Segurança Social, I.P. e está em fase de recurso para o Tribunal Central Administrativo do Sul.

A

JSC

JSC

JSC

JSC

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas informações de cada rubrica relevante do Balanço e Demonstração de Resultados que ainda não tenha sido alvo de divulgação, conforme notas seguintes.

13.1. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a reconhecer		
Materiais consumíveis utentes	97 236,80	245 915,08
Outros gastos a reconhecer	48 306,28	39 746,16
Total	145 543,08	285 661,24
Descrição	2024	2023
Rendimentos a reconhecer		
Rendas de imóveis	3 473,50	3 509,84
Outros rendimentos a reconhecer	16 421,85	16 454,98
Total	19 895,35	19 964,82

Os “Gastos diversos a reconhecer” são relativos a diferimentos de gastos diversos (seguros/condomínios/quotas/medicina do trabalho) e reconhecimento do combustível da BP, que à medida que é consumido é reconhecido em simultâneo como rendimento de donativo em espécie.

13.2. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

JSC
JSC
JSC

A

31 de dezembro de 2024

Descrição	Saldo em 01-Jan-2024	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-Dez-2024
Fundos	122 199,75	-	-	-	122 199,75
Reservas	287 432,29	-	-	-	287 432,29
Resultados transitados	4 533 647,87	-	(88 055,16)	824 518,08	5 270 110,79
O. variações fundos patrimon	704 069,39	240 080,87	-	-	944 150,26
Resultado do Exercício	824 518,08	662 238,68	-	(824 518,08)	662 238,68
Total	6 471 867,38	902 319,55	(88 055,16)	-	7 286 131,77

31 de dezembro de 2023

Descrição	Saldo em 01-12-2023	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-12-2023
Fundos	122 199,75	-	-	-	122 199,75
Reservas	287 432,29	-	-	-	287 432,29
Resultados transitados	3 742 553,82	-	-	791 094,05	4 533 647,87
O. variações fundos patrimon	834 859,85	-	(130 790,46)	-	704 069,39
Resultado do Exercício	791 094,05	824 518,08	-	(791 094,05)	824 518,08
Total	5 778 139,76	824 518,08	(130 790,46)	-	6 471 867,38

A rubrica “outras variações nos fundos patrimoniais”, reflete a variação das entradas das doações ou a sua alienação, bem como a depreciação desses bens.

13.3. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foi a seguinte:

Handwritten signatures and initials: JSZ, RL, and a large blue scribble.

Descrição	2024	2023
Trabalhos especializados	46 477,75	60 763,39
Honorários	44 258,69	80 102,03
Conservação e reparação	125 468,28	143 525,22
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	18 052,92	21 794,02
Material de escritório	11 177,04	8 936,63
Eletricidade	47 468,40	24 918,95
Combustíveis	34 718,62	28 277,93
Água	15 258,20	13 863,30
Gás	9 255,35	8 329,29
Deslocações, estadas e transportes	10224,86	9 138,44
Comunicação	32017,87	29 168,27
Seguros	6 169,40	5 869,11
Limpeza, higiene e conforto	5 854,65	9 329,15
Encargos de saúde com utentes (Prod. Farmacia)	21 032,80	16 500,56
Materiais consumíveis utentes	266 162,18	-
Outros	33 177,51	39 537,51
Total	726 774,52	500 053,80

A rubrica “Materiais consumíveis utentes” refere-se às aquisições e doações de materiais e consumíveis dos utentes. Até 2023 eram registados na rubrica “Custos mercadoria vendidas e das matérias consumidas”.

O Acréscimo muito significativo do gasto com a electricidade deveu-se à retoma do custo normal de mercado após o terminus de um acordo de tarifa tendencialmente fixo.

13.4. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares:		
Abonos	-	53 190,34
Consignação de IRS	237 999,82	235 688,29
Rendimentos e ganhos em invest. não financeiros:		
Alienações	7 000,00	480 800,00
Rendas de imóveis	107 093,30	83 001,56
Correções relativas a períodos anteriores	730,46	
Depreciação de Activos Fixos Doados	12 166,21	
Benefícios de penalidades contratuais	3 114,80	5 716,83
Processos de tribunal	8 200,00	21 410,00
Juros de depósitos bancários e outras aplicações	106 911,48	43 601,32
Outros	2 003,72	5 037,89
Total	485 219,79	928 446,23

13.5. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	3 495,11	3 161,31
Perdas em inventários	36 894,35	-
Outros Gastos e Perdas:		
Correções relativas a períodos anteriores	31 382,36	7 612,44
Donativos	-	167,80
Quotizações	1 711,12	1 877,68
Apoio pecuniário a carenciados	-	2 425,00
Apoio em espécie	185,65	212,80
Outros não especificados	4069,49	7 072,66
Juros de mora e compensatórios	-	3,65
Total	77 738,08	22 533,34

O valor em perdas em inventários refere-se ao desgaste/inutilização de bens para uso/consumo dos utentes.

13.6. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Não se estimam impactos significativos para a Associação decorrentes da Guerra na Ucrânia e Mar Vermelho.

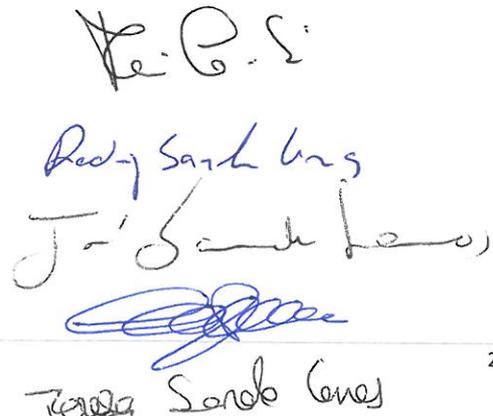
A direção propõe que o resultado líquido do exercício de 2024 seja transferido para resultados transitados.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Direção em 18 de fevereiro de 2025.

O Contabilista Certificado



A Direção



Handwritten signatures of the Board members, including names like Rui Sá, João de Jesus, and Teresa Sandoz Gomes.